

## COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PARECER**

**PROCESSO:** 203/2017 **PROTOCOLO:** 2282/2017

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: 162/2017

EMENTA: AUTORIZA O MUNICÍPIO A ALIENAR IMÓVEIS. **AUTOR:** PREFEITO MUNICIPAL – MANDATO 2017/2020

A Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, composta pelos senhores vereadores abaixo firmados, após proceder à análise do Projeto de Lei Ordinária 162/2017, que "AUTORIZA O MUNICÍPIO **AALIENAR IMÓVEIS**", exara o seguinte Parecer:

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Município a alienar bens imóveis. Justifica que o Município é proprietário dos imóveis descritos no art. 1º do projeto de lei, e por se tratarem de imóveis sem utilidade para o Município, bem como por não haver demanda para implantação de equipamento público, optou-se por aliená-los, a fim de que com os recursos advindos da alienação, o Município possa destinar à despesas de capital e/ou regime de previdência próprio dos servidores públicos, de acordo com art. 44 da Lei Complementar n° 101/2000.

Expõe, ainda, que a alienação que trata o Projeto de Lei encontra amparo legal nas disposições contidas no artigo 17, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações. Além do mais, a Lei Orgânica do Município, por sua vez, assim dispõe:

> Art. 31. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

*(...)* 

VI – votar leis que disponham sobre alienação e aquisição de bens imóveis;

A Comissão entende que a propositura atende a Técnica Legislativa e não vislumbra nenhum impedimento para que a matéria possa prosperar, ser apreciada e deliberada pelo Sóberano Plenário. O Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos dezoito dias do mês de agosto de

dois mil e dezessetà

Vereador GUSTAVO SPEROTTO (DEM) Presidente

Vereador IDASIR DOS SANTOS (PMDB)

Vice-Presidente

Vereador VOLNEY CHRISTOFOLI (PP)

Membro Efetivo